VI Semana de História do Pontal
Sociedade, Cultura, Patrimônio
25 A 28 DE SETEMBRO DE 2018
V Encontro de Ensino de História
ISSN 2179-5665

História da educação primária no município de Coromandel: um estudo sobre o Grupo Escolar José Emílio de Aguiar (1961-1971)

Suzele Sany Lacerda Alves
Mestranda do PPGED FACED/UFU

Sauloéber Tarsio de Souza
Professor do Curso de Pedagogia ICH/UFU e do PPGED FACED/UFU

Este trabalho tem por objetivo compreender a história do Grupo Escolar José Emílio de Aguiar, situado em Coromandel-MG, bem como em que contexto político-educacional foram instituídos os grupos escolares em Minas Gerais. Refletir sobre a cultura escolar dessa instituição, suas práticas pedagógicas, a formação dos professores e também as leis, decretos e normatizações que compunham a legislação de ensino no que diz respeito à educação primária.

Trata-se de um projeto de pesquisa de mestrado em andamento alocado no campo da História da Educação com a subtemática das Instituições Escolares, que representa significativa importância investigativa por seu valor educativo, cultural e social.

O objeto a ser construído historicamente e eleito para esta investigação foi o Grupo Escolar José Emílio de Aguiar, terceiro grupo escolar da cidade de Coromandel, criado em 1961 por meio do decreto 6.164 de 23 de janeiro do mesmo ano, pelo então governador de Minas Gerais, José Francisco Bias Fortes, uma década após sua instalação por meio da lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, tem sua nomenclatura modificada e passa a ser escola estadual de primeiro grau, o que justifica o recorte temporal da pesquisa, de 1961 a 1971.

Os grupos escolares como iniciativa de modernização

A criação dos grupos escolares compunha o projeto Republicano de grandes mudanças na organização educacional e nas práticas de ensino em fins do séc. XIX. Tais mudanças

ISSN 2179-5665

objetivavam legitimar o recém-instituído regime de governo e iniciar o processo de modernização e reforma social (SOUZA, 1998).

A nova realidade política do Brasil e o desejo de romper definitivamente com o império colocou a educação como sendo um caminho para a promoção do novo regime. Nesse sentido, Souza afirma que:

> Os republicanos deram à educação um lugar de destaque, sendo o grupo escolar representante dessa política de valorização da escola pública; dessa forma, eles conferiam a um só tempo: visibilidade à ação política do Estado e propaganda do novo regime republicano. (SOUZA, 1998, p. 91)

Com a proclamação da República em 1889 e a abolição do trabalho escravo, um crescente movimento que defendia a instrução como via de acesso do povo à nação e ao mercado de trabalho assalariado, ganhou fortalecimento e constituiu momento propício para se "refundar" a escola, tida no período imperial como atrasada e desorganizada.

Nesse contexto, a criação dos grupos escolares era defendida não apenas para "organizar" o ensino, mas, principalmente, como uma forma de "reiventar" a escola.

> [...] Reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdo; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade. (FARIA FILHO, 2014, p. 38).

A reforma do ensino nos moldes da modernidade republicana requeria mudanças em diversas áreas da educação, de modo a deixar para trás o ultrapassado e ineficaz modelo e buscar uma nova identidade, com professores preparados, novos métodos e componentes curriculares, material pedagógico e local adequado. Para Silva (2009) modernidade, conceito estritamente ocidental, pode ser entendida como um conjunto amplo de modificações nas esferas econômicas, políticas e culturais a partir de um processo de racionalização.

A proposta para a produção de novas representações escolares vinha a contento dos líderes republicanos positivistas, que almejavam o progresso e o desenvolvimento da nação, como explícito na bandeira brasileira o mote "ordem e progresso". Dentre as responsabilidades do novo modelo de escolarização, "[...] é neste período que a escola passa a ser vista como a instituição responsável pela formação do sentimento de cidadania necessário para colocar o país rumo ao progresso e à consolidação da democracia." (SCHELBAUER, 1998, p. 64).

ISSN 2179-5665

A escola primária atentava para a formação do caráter e tinha a finalidade de inculcar nas crianças "valores e virtudes morais, normas de civilidade, amor ao trabalho, respeito pelos superiores, apreço pela pontualidade, pela ordem e asseio" (SOUZA, 2008, p. 38).

A instrução pública primária, organizada e implantada inicialmente no estado de São Paulo, no final do século XIX, foi inspirada no exemplo de países como Alemanha, Suíça e Estados Unidos. Caetano de Campos, diretor da Escola Normal de São Paulo, entendia que devíamos abstrair dessas nações os métodos de ensino, adaptando-os à nossa necessidade.

A Escola Normal representou o marco da reforma da instrução pública do estado de São Paulo em 1890 que, juntamente com a Escola-Modelo, serviria como órgão de demonstração metodológica. É importante mencionar que, "Além de promover a formação técnica de professores, atuou como centro de irradicação dos novos métodos de ensino – propriamente o método intuitivo ou lições de coisas [...]" (SOUZA, 2004, p. 113)

Os grupos escolares, criados a partir das escolas isoladas reunidas em um único prédio, adotavam o tipo de organização e as práticas escolares das escolas-modelo. As escolas isoladas eram classes unidocentes, que ministravam o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis e estágios de aprendizagem diferentes. O modo de organização dos grupos escolares reunia características da escola graduada, que pode ser entendida como novo modelo de organização escolar conforme exposição de Souza (2004, p. 114):

> A escola graduada fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha também a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo [...] a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aulas e vários professores.

Fenômeno inicialmente urbano, os grupos escolares foram instalados primeiramente nas capitais, e nas "zonas de populações rarefeitas, prevaleciam as escolas reunidas e isoladas" (MONARCHA, 2016, p. 160).

A expansão dos grupos escolares pelo Brasil emergiu nas duas décadas seguintes à pioneira organização do ensino primário paulista implantado em 1894, a saber, por (VIDAL, 2006), no Rio de Janeiro (1897); no Maranhão e no Paraná (1903); em Minas Gerais (1906); na

ISSN 2179-5665

Bahia, no Rio Grande do Norte, no Espírito Santo e em Santa Catarina (1908); no Mato Grosso (1910); em Sergipe (1911); na Paraíba (1916) e no Piauí (1922)

No cenário mineiro o inspetor de Ensino, Estevam de Oliveira, em viagem técnica a São Paulo e Rio de Janeiro, no ano de 1902, ficou [...] "deslumbrado com o espetáculo de ordem, civismo, disciplina, seriedade e competência que diz observar nas instituições de instrução primária da capital paulista." Conforme relata Faria Filho (2014, p. 33). Em decorrência da visita aos grupos escolares já regulamentados e em funcionamento, Estevam de Oliveira critica o modelo das escolas isoladas e torna-se defensor ardoroso da adoção do novo modelo em Minas Gerais. Em 1906 , os primeiros grupos escolares começam a ser implantados na capital Belo Horizonte, e já nos primeiros dias do governo do presidente estadual de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, a primeira medida foi na área da educação, quando em 28 de setembro de 1906 o então presidente sanciona a Lei n° 439, que autorizava ao governo reformar o ensino primário, o normal e o superior.

Passos importantes foram dados rumo à regulamentação da educação brasileira em âmbito nacional, mas nenhuma ainda havia contemplado o ensino primário. De acordo com estudos de Saviani (2004) o processo de mudança dessa realidade deu-se em 1932, quando foi lançado o Manifesto dos Pioneiros, que propunha, por meio da educação, reconstruir a sociedade brasileira. Este também delineou as diretrizes para a construção de um sistema nacional de ensino que abarcava todos os níveis, desde a educação infantil até a universidade. Considerado um importante documento de política educacional, o Manifesto influenciou o texto da Constituição de 1934 que, em seu artigo 150, alínea a, "estabeleceu como competência da União fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar sua execução em todo o território do país" (SAVIANI, 2004, p. 35).

A história da escola pública caminha para um avanço no que tange a regulamentação do ensino. Em 1961 é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases, que de acordo com a análise de Saviani (2004, p. 21) a nova lei representou a "[...] unificação da regulamentação da educação nacional, abrangendo as redes pública e privada sob o influxo direto e indireto de uma concepção produtivista de escola".

Uma década após a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases, a lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971, com substantiva modificação para o ensino primário e médio, chegou-se

ISSN 2179-5665

a uma estrutura que "[...] se definiu por um ensino de primeiro grau com duração de oito anos e um ensino de segundo grau de três anos, como regra geral" (SAVIANI, 2004, p. 44). A partir dessa data, o Grupo Escolar José Emílio de Aguiar passa a ser Escola Estadual José Emílio de Aguiar.

Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa e a Gênese do Grupo Escolar José Emílio de Aguiar

O estudo da origem do Grupo Escolar José Emílio de Aguiar e sua relação com o cenário político educacional mineiro no período de 1961 a 1971, o qual se deu num momento educacional e político bem distinto daquele que acomodou o surgimento dos primeiros grupos escolares do final do século XIX e início do século XX, será viabilizado a partir da corrente historiográfica chamada Nova História, descrita por Pesavento (2012, p. 27) como "[...] uma nova narrativa, influenciada pela Antropologia, trabalhando com o individual e com o coletivo, onde a análise se juntaria à descrição e onde se registraria a descoberta de novas fontes e novos temas."

Esse viés da historiografia, "A Nova História Cultural", assim intitulada por dar realce à cultura, esta, como forma de expressão e interpretação da realidade, que de forma simbólica e representativa se relaciona com a sociedade como um todo (PESAVENTO, 2012) servirá de apoio metodológico para a compreensão das interrogações culturais do objeto, as quais são pertinentes ao cotidiano, quais sejam: sua prática docente, suas comemorações festivas e cívicas, enfim a realidade escolar vivida por seus atores.

A historiografia atual assume a pluralidade dos métodos possibilitando a discussão de ideias metodológicas em resposta à multiplicidade de âmbitos da pesquisa.

> O "fazer história" não está ligado a um processo único (do tipo narrativo-explicativo) capaz de enfrentar todo tipo de fenômeno histórico e ler sua estrutura e seu devenir, mas se realiza em torno de múltiplas metodologias, diferenciadas por objetos, por processos cognitivos, por instrumentos lógicos, de modo a fazer ressaltar o pluralismo das abordagens e sua especificidade. (CAMBI, 1999 p.26)

A esse respeito, diante da variedade de abordagens, será utilizada a categoria das representações, que são construídas a partir "[...] de esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e

ISSN 2179-5665

o espaço ser decifrado" (CHARTIER, 2002, p.17). A leitura dos fatos históricos por meio das representações e também das práticas está fundamentada na razão, regada a subjetividades e requer do pesquisador um olhar sensível a fim de interpretar o passado e articulá-lo com o presente.

A História Oral, ainda que seja uma fonte secundária no presente trabalho, terá relevante contribuição, pois servirá de aporte metodológico para a utilização de entrevistas que buscarão minimizar quaisquer lacunas no campo da reconstrução histórica do cotidiano da instituição. Pretende-se dar voz aos sujeitos (diretores, professores e alunos) que vivenciaram o período de 1961 a 1971 e produzir uma relação mais ativa da comunidade escolar da época com a historicidade do objeto. Paul Thompson encoraja pesquisadores a dar credibilidade à história oral, conforme afirma que "Por meio da história oral, a comunidade pode, e deve, merecer confiança para escrever a própria história" (THOMPSON, 1992, p. 38).

A história oral, um dos subsídios metodológicos presentes no projeto de pesquisa, pode ser entendida não somente para preencher espaços vazios numa complementaridade, mas também a qualifica como fonte isolada. Ainda que muitas vezes a produção de depoimentos seja usada como alternativa para preencher vazios documentais ou lacunas de informações e complementar ou mesmo articular o diálogo com outras fontes conhecidas, é importante ressaltar que se pode assumi-la isoladamente a partir da análise das narrativas para a observação de aspectos não revelados pela objetividade dos documentos escritos. (MEIHY, 2005, p. 24)

Outro aspecto relevante sobre o método científico é a modalidade da pesquisa documental que tem como fonte documentos, podendo ser de diversas espécies, impressos, jornais, fotos, filmes, documentos legais, etc.

O projeto em discussão também se valerá da pesquisa de cunho documental, contará com fontes que já se encontram à disposição para registro e análise, dentre elas: leis e decretos do município de Coromandel, ata de criação e decreto de abertura do Grupo Escolar, registro de matrícula dos alunos, diários de classe, livros de ponto dos servidores, livro de resultados finais dos alunos e o livro de recortes com matérias oficiais que contém em seus primeiros registros o decreto n. 6.164 de 23 de janeiro de 1961 que estabelece a criação do Grupo José Emílio de Aguiar.

A investigação proposta privilegiará a abordagem qualitativa educacional de modo a abarcar as dimensões macro e micro da história na perspectiva dinâmica do objeto em sua

ISSN 2179-5665

interação com as esferas políticas, sociais e culturais. Sobre os tipos de abordagem, quantitativa e qualitativa, os cientistas se deram conta que a subjetividade inerente ao ser humano exigia parâmetros e critérios que iam além do caráter quantitativo.

A esse respeito Severino (2007, p. 118) menciona que "quando o homem era considerado como um objeto puramente natural, seu conhecimento deixava escapar importantes aspectos relacionados com sua condição específica de sujeito", daí a adequação da escolha da abordagem qualitativa para que não haja omissão na percepção das interações dos personagens que fazem parte da história do Grupo Escolar José Emílio de Aguiar.

A escolha do objeto deu-se em razão da escassez de pesquisas que pudessem evidenciar a historicidade do lugar que representa parte significativa de uma totalidade e que evidencia o grande projeto de civilização da nação, este, advindo do ideário republicano e da intenção de corroborar com a preservação do material historiográfico, de modo a auxiliar na continuidade de estudos no futuro.

O interesse em investigar a história do Grupo Escolar José Emílio de Aguiar comporta a seguinte problemática: como ocorreu seu processo de implantação e em que contexto histórico, político e educacional mineiro emergiu o Grupo Escolar? Diante do exposto originam-se outras inquietações e questionamentos: Qual era o cenário político educacional mineiro no período de 1961 a 1971? De que modo este influenciou a construção do processo histórico dos grupos escolares mineiros? Quais leis, decretos e normatizações vigentes no período de 1961 a 1971compunham a legislação de ensino, no que diz respeito à educação primária? Quais práticas pedagógicas eram desenvolvidas na escola? Que formação possuía os professores que atuavam no período em questão?

O recorte temporal se estabelece entre os anos de 1961 a 1971. O marco inicial da investigação refere-se à data de criação e instalação do Grupo Escolar José Emílio de Aguiar. Outro fator marcante deste mesmo ano compreende a promulgação da primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), n. 4.024, em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente João Goulart, o que antecede a lei, são longos treze anos de debates e discussões desde o encaminhamento de seu anteprojeto à Câmara Federal. Conforme descreve Saviani (2004) a década em apreço também foi considerada uma época de intensa experimentação educativa e expressão da hegemonia do movimento renovador.

ISSN 2179-5665

Quanto ao ano de 1971, data limite da investigação, justifica-se em razão da transição de Grupo Escolar José Emílio de Aguiar para Escola Estadual em decorrência da lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que extingue a nomenclatura grupo escolar e dá lugar a escolas de 1º e 2º graus, de modo que implicou significativas mudanças na estrutura do ensino, dentre elas a duração de oito anos para o ensino de primeiro grau e três anos para o ensino de segundo grau, este, porém de caráter profissionalizante e obrigatório (SAVIANI, 2004).

A pesquisa encontra-se em fase inicial de coleta de dados e análise, porém já é possível traçar um perfil inicial do Grupo escolar José Emílio de Aguiar que poderá direcionar as respostas às interrogações do objeto.

Trata-se do terceiro grupo escolar da cidade de Coromandel, criado em 1961, vinte e nove anos após a criação do primeiro grupo escolar em 1932, este com arquitetura grandiosa e imponente, característico da proposta do regime Republicano na esfera da educação. Tal arquitetura palaciana não ocorreu no Grupo Escolar José Emílio de Aguiar, que na referida década da pesquisa funcionou em um prédio de madeira e adobe. Hoje o prédio é um patrimônio histórico da cidade, bem inventariado pelo IEPHA-Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, carinhosamente apelidado pelos coromandelenses de "Balança mas não cai", em razão de seu péssimo estado de conservação e por este motivo encontra-se interditado.

Em análise do livro de registro de alunos, uma primeira observação chama a atenção, as profissões dos pais dos alunos das turmas de 1961, onde a grande maioria eram lavradores e as mães domésticas, expressão que representava nessa época as donas de casa, mulheres que não trabalhavam fora. Com esses dados levanta-se a hipótese de uma possível segregação social, sendo este o terceiro grupo escolar da cidade e estabelecido no mesmo quarteirão dos outros dois, o mesmo possa ter sido criado para abrigar o contingente de alunos oriundos de famílias pobres, enquanto que no primeiro grupo escolar de Coromandel estudavam os filhos da elite, pais médicos, comerciantes, professores e filhos de grandes fazendeiros.

Com o desenvolvimento da pesquisa espera-se contribuir de forma expressiva com a historiografia da educação mineira e servir como aporte de enriquecimento do repertório do conhecimento da produção das escolas de Minas Gerais oferecendo subsídio para futuras investigações.

ISSN 2179-5665

Referências

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

CHARTIER, Roger. **A História cultural:** entre práticas e representações. 2ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios:** forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918). 2 ed. Uberlândia: EDUFU, 2014.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força:** história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral.** São Paulo: Loyola, 2005

MONARCHA, Carlos. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros (Brasil-séculos XIX e XX)**. Uberlândia: EDUFU, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Historia & Historia Cultural**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do "Longo Século XX" Brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 09-50.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Idéias que não se realizam:** o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23° ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2007, pp. 99-126

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos.** São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

_____, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). O legado **educacional do século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2004. p. 111-161.

ISSN 2179-5665

_____, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX:** (ensino primário e secundário no Brasil). Biblioteca Básica da História da educação Brasileira, v. 2. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. 2 ed. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 165-203.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.